



FUNDADA EM 1882

RELATÓRIO E CONTAS

2020



ASSEMBLEIA GERAL

Carlos Manuel Ribeiro Soares Braga
Presidente

Carlos António Martins Gonçalves Camelo
Vice-Presidente

Carla Maria Monteiro Soares Alvim Braga
Secretária

Joana Inês Neves Fraga
Suplente

Ana Cristina Luz Lemos Almeida
Suplente

MESA ADMINISTRATIVA

Álvaro José da Costa Fraga Pereira
Provedor

Manuel Alves
Vice-Provedor

José António Vieira Bastos Cardoso
Tesoureiro

Sofia Neves de Queiroz Neves
Secretário

Felipe Joaquim Neves de Barros
Vogal

Constança Mariana Delgado Baldaia
Suplente

DEFINITÓRIO

Aniceto Vieira Martins
Presidente

Pedro Nuno de Lima Ferreira
Vice-Presidente

Maria da Saudade Alves Casinhas Mourão Neves
Vogal

Eduardo Manuel da Cunha Pinto
Suplente

Cátia Sofia Rocha Teixeira
Suplente



Caros Associados presentes à Assembleia-Geral Ordinária de 29 de Março 2021:

Dando cumprimento legal ao preceituado no nº 2 da alínea b) do artigo nº 17 dos Estatutos da Associação do Hospital de Crianças Maria Pia, a Mesa Administrativa vem pelo presente Relatório e Contas submeter à Assembleia-Geral a Apreciação e Votação das Contas da Associação referente ao exercício findo em 31 de Dezembro 2020, bem como fazer acompanhar a este Relatório e Contas o devido Parecer do Definitório.

A Mesa Administrativa



No passado dia 15 de Março, a nossa Instituição completou 139 anos.

E, por volta do mesmo dia de aniversário, completaram-se 46 anos que o Estado pelos apaniguados do Gonçalvismo usurpam o nosso Hospital (motivo porque foi criada a nossa Associação, sua personalidade jurídica).

No próximo 1º de Outubro completar-se-ão sete anos que a Associação demandou contra o Estado e o Centro Hospitalar do Porto que nos tem impedido de exercer, com efectividade, os fins sociais porque nos constituímos, como está expresso na Mensagem do Programa de Acção e Orçamento para o ano em curso.

Um ano, mais um, sacrificado pela pandémica e, quiçá pior, por políticos sem o menor sentido de Estado e espírito de servir e também por artistas de um qualquer circo em tenda esfarrapada que se colocam em bicos de pé perante os meios de comunicação social da nossa urbe que absolutamente ninguém lhes dá crédito para mais que, esperançosamente, um qualquer partido lhes dará vista para uma candidatura próxima em município de 3º ordem.

Mas esse peditório acabou como havia começado: sem espectadores para as palmas.

Reli há dia, de fio a pavio, o livro de Actas de 1962 a 1975.

Foi um exercício extraordinário de belas recordações que foram fazendo a nossa história e esse sim, é o nosso grande apoio que nos continua a mover em direcção à nossa sobrevivência.

A rendibilização do património imobiliário referente aos edifícios hospitalares é a nossa etapa, quebrado que foi o contrato de arrendamento pelo arrendatário.

Até ao momento, os arautos da comunicação social em nada nos ajudaram, na divulgação da verdade dos factos.

Temos sempre tentado cumprir com os compromissos assumidos, respeitosamente, amistosamente, mas sem qualquer pejo em continuarmos com a luta que, sabemos bem, nos assiste.

Daí que o recurso à via judicial, nas instâncias próprias foi, é e será, implacavelmente, o nosso propósito: havemos de vencer.

Como é elucidativo nos considerandos exarados pelo nosso Tesoureiro neste Relatório e Contas referente ao ano 2020, um resultado líquido positivo como o que foi obtido no ano transato, não pôde ser alcançado, em atenção ao montante de imparidade no valor de 185.000 euros cuja correspondente acção judicial decorre com a morosidade habitual.

A sustentabilidade é então conseguida com as acções e receitas dos Alojamentos Locais e Residência Universitária e a absoluta contenção de despesas, quer no investimento, quer nas acções correntes de manutenção, havendo preocupação de se fazerem cortes sectoriais que possam contribuir para o equilíbrio da Contas que o que sobra é bem suficiente para continuarmos.

Por fim, porque a repetição exercita a memória, acabarei esta Mensagem como acabei a Mensagem relativa ao Relatório e Contas 2019:

A exaltação dos vencedores prefigura a glória eterna de todos os vencedores.

Erguemos então o cálice do soberbo 30 anos Old Tawny, que marca a data em que participei pela primeira vez numa reunião de Direcção da nossa Associação, em 1991.

O Provedor

ANÁLISE ÀS CONTAS | SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O ano 2020 foi particularmente difícil para a Associação, em resultado da situação pandémica provocada pelo vírus SARS-CoV-2, que condicionou com severidade a vida normal a toda a população Portuguesa e condicionou também o trânsito de estudantes vindos de países estrangeiros que procuravam o nosso país para estudar no ensino superior.

As imposições obrigatórias impostas aos cidadãos de forma a controlar a pandemia, originaram um arrefecimento da economia com reflexos negativos, na actividade económica de setores ligados ao turismo, como hotelaria, a restauração e mesmo a construção civil.

Depois desta curta introdução importa mencionar, que o exercício económico 2020, reflecte esta tendência macroeconómica, sendo marcado por um Resultado Líquido negativo de 177.149,30 euros, o projectado equilíbrio económico e financeiro não esteve presente neste exercício, tendo a atividade operacional obtido um Cash Flow negativo 101.811,70 euros e uma diminuição de disponibilidades de 87.283,08 euros.

	2020	2019	2018
Activos Correntes	9 182,26	28 455,54	30 652,85
Caixa e depositos bancários	148 954,63	236 237,71	190 697,10

	2020	2019	2018
Resultado antes Depreciações, Financeiros e Impostos	-101 811,70	80 527,08	62 261,03
Resultado Líquido Exercício	-177 149,30	4 657,52	-10 089,53

A Associação tem uma estrutura patrimonial consolidada, possui um património imobiliário relevante, o seu valor bruto tendo por base o custo histórico de aquisição e reabilitação ascende a 5.358.465,24 euros, no passado recente investiu na sua reabilitação de forma a torná-lo sustentável, no entanto esta crise diminuiu em cerca de 40 % o valor das rendas anuais pagas essencialmente por estudantes, que em 2020 ascenderam a 89.849,53 euros.

RENDIMENTOS	2020	2019	2018
Alojamentos Locais e Residência de Estudantes	89 849,53	148 740,95	136 240,19
Quotas Associados	632,00	596,00	4 316,50
Subsídios	50,00		327,07
Rendas em propriedades	187 500,00	150 000,00	112 500,00
Benefícios de penalidades contratuais	23 123,00		
Outros Rendimentos		467,54	146,46
Juros e dividendos	181,68	406,73	924,27
Juros e Rend. Similares Obtidos	41,28	39,44	38,28
	301 377,49	300 250,66	254 492,77

Conforme era previsível, em 2020 não foram recebidas as rendas do edifício do Hospital referentes aos meses de abril a dezembro, no valor de 137.500 euros, acrescidas das penalidades contratuais, para recebimento das rendas em mora de pagamento, em novembro de 2020 deu entrada no Tribunal Competente uma acção executiva contra a CAGH, no valor de 89.073,97 euros, aguardando-se -se o seu desfecho durante o ano de 2021.

Confrontada com esta diminuição geral dos rendimentos, a Associação promoveu todos os esforços para a contenção dos gastos correntes da sua actividade, sabendo de antemão que não pode descurar as despesas gerais e de manutenção dos edifícios afectos aos alojamentos locais e residência universitária, ainda assim conseguiu-se uma notória diminuição dos Fornecimentos Serviços Externos, relativamente ao ano transato.

Foi considerado prudente no final do exercício, constituir uma perda por imparidade no valor de 185.000 euros, para cobrir a dívida considerada de cobrança duvidosa da CAGH, este procedimento necessário elevou o prejuízo apresentado neste exercício.

GASTOS	2020	2019	2018
Fornecimentos Serviços Externos	79 885,74	103 949,13	83 277,93
Pessoal	135 342,82	110 253,81	108 739,24
Perdas por Imparidade	185 000,00		
Redução Justo Valor	1 044,34	4 337,10	
Outros Gastos	1 916,29	1 183,54	176,29
Gastos Depreciação e Amortização	75 337,60	75 869,56	72 388,84
	478 526,79	295 593,14	264 582,30

O exercício de 2021 vai ser exigente em termos de gestão da crise pandémica, até porque as melhorias são pouco significativas quanto à previsão da taxa de ocupação do alojamento local e residência universitária, a Associação prevê uma redução dos gastos de pessoal na sequência da reforma de um funcionário que não será substituído e manutenção do nível de gastos operacionais, mantendo a qualidade dos serviços prestados aos utilizadores e associados.

De seguida são apresentados:

- Análise à conta de Resultados de 2020, tendo por comparação a previsão apresentada no Programa de Acção e Orçamento para 2020
- Análise aos Resultados de 2020 por Centros de Custo Analíticos.

ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL DE CRIANÇAS MARIA PIA
RELATÓRIO E CONTAS 2020

	Demonstração dos Resultados por Naturezas			
	Execução	Orçamento	Execução	
	2019	2020	2020	Desvio
72 Prestações de Serviços	149 336,95	147 424,25	90 481,53	-56 892,72
Quotas dos Associados	596,00	1 500,00	632,00	-868,00
Alojamentos Locais e Residência Estudantes	148 740,95	143 584,25	89 849,53	-53 734,72
Consultório Médico Social		2 340,00		-2 340,00
Serviços secundários				
Subsídios, doações e legados à exploração			50,00	50,00
62 Fornecimentos e Serviços Externos :	103 949,13	107 336,00	79 885,74	-27 450,26
Subcontratos	16,26	100,00		-100,00
Serviços especializados	42 389,08	46 044,00	29 770,53	-16 273,47
Trabalhos especializados	34 094,39	38 300,00	21 577,19	
Honorários		3 744,00		
Conservação e reparação	7 709,84	3 000,00	6 646,68	
Serviços bancários	584,85	1 000,00	993,16	
Outros			553,50	
Materiais	3 796,38	3 000,00	2 795,58	-204,42
Ferramentas	29,91			
Livros e documentação técnica			34,32	
Material de escritório	1 477,96	1 500,00	1 477,35	
Outros materiais	2 288,51	1 500,00	1 283,91	
Energia e Fluidos	22 763,90	24 642,00	17 046,92	-7 595,08
Eletricidade	12 269,83	12 880,00	9 571,49	
Água	7 085,19	8 000,00	4 422,06	
Gás	3 408,88	3 762,00	3 053,37	
Deslocações e estadas	13,43	100,00		-100,00
Serviços diversos	34 970,08	33 450,00	30 272,71	-3 177,29
Rendas e alugueres	1 484,12	1 500,00	1 484,12	
Comunicação	5 371,84	5 550,00	5 417,77	
Seguros	3 014,79	3 500,00	3 181,68	
Contencioso e notariado	1 609,44	1 000,00	66,00	
Despesas de representação	16 622,39	15 000,00	11 597,18	
Limpeza, Higiene e Conforto	2 459,25	2 500,00	4 232,96	
Outros serviços	4 408,25	4 400,00	4 293,00	
63 Gastos Pessoal	110 253,81	112 758,61	135 342,82	22 584,21
Remunerações	85 048,06	86 971,73	105 571,89	18 600,16
Vencimentos anuais	68 106,87	69 599,93	82 287,70	
Subsídio férias / natal	11 600,00	11 600,10	14 081,82	
Subsídio alimentação	5 341,19	5 771,70	6 452,37	
Prémios e Subsídios			150,00	
Var. estimativa férias			2 600,00	
Benefícios pós-emprego	6 623,68	6 623,68	6 623,68	
Encargos sobre remunerações	17 826,54	18 107,59	22 167,44	4 059,85
Seguro acidentes no trabalho	755,53	1 055,61	979,81	-75,80
Outros gastos				0,00
65 Perdas por Imparidade			185 000,00	185 000,00
66/77 Redução de Justo Valor	4 337,10		1 044,34	1 044,34
78 Outros Rendimentos	150 467,54	307 500,00	210 623,00	-96 877,00
Rendimentos suplementares				
787 Rendas em propriedades	150 000,00	307 500,00	187 500,00	
Benefícios de penalidades contratuais			23 123,00	
Correções rel. Exerc. Anteriores	55,35			
Outros	412,19			
79 Juros , dividendos	446,17	1 000,00	222,96	-777,04
68 Outros Gastos	1 183,54	1 000,00	1 916,29	916,29
Resultado A. Dep. G. Financ. e Imp.	80 527,08	234 829,64	-101 811,70	-336 591,34
Gastos /reversões de depreç e amortização	75 869,56	71 967,00	75 337,60	3 370,60
Resultado Operacional	4 657,52	162 862,64	-177 149,30	-340 011,94
Juros e rendimentos similares obtidos				
Resultado antes de Impostos	4 657,52	162 862,64	-177 149,30	-340 011,94
Resultado Líquido do período	4 657,52	162 862,64	-177 149,30	-340 011,94

ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL DE CRIANÇAS MARIA PIA
RELATÓRIO E CONTAS 2020

ANALÍTICA 2020

	TOTAL	Associação	Casa Ramiro leão	Casa Albino Batista	Casa Sílvio Cervan	Consultório Social
72 Prestações de Serviços	90 481,53	632,00	29 712,42	37 964,53	22 172,58	0,00
Quotas dos Associados	632,00	632,00				
Alojamentos Locais e Residência Estudantes	89 849,53		29 712,42	37 964,53	22 172,58	
Consultório Médico Social	0,00					
Subsídios, doações e legados à exploração	50,00	50,00				
62 Fornecimentos e Serviços Externos :	79 885,74	50 716,62	7 752,42	9 399,29	11 362,79	654,62
<i>Subcontratos</i>	0,00					
Serviços especializados	29 770,53	24 481,70	1 307,28	1 568,22	1 859,83	553,50
Trabalhos especializados	21 577,19	21 023,69				553,50
Honorários						
Conservação e reparação	6 646,68	1 911,35	1 307,28	1 568,22	1 859,83	
Serviços bancários	993,16	993,16				
Outros	553,50	553,50				
Materiais	2 795,58	1 810,70	450,47	208,47	264,81	61,13
Ferramentas	81,44	34,32			47,12	
Livros e documentação técnica	0,00					
Material de escritório	1 477,35	1 477,35				
Outros materiais	1 236,79	299,03	450,47	208,47	217,69	61,13
Energia e Fluidos	17 046,92	961,97	4 042,98	5 210,05	6 831,92	0,00
Eletricidade	9 571,49	609,55	2 812,33	1 685,41	4 464,20	
Água	4 422,06	263,02	1 230,65	1 364,40	1 563,99	
Gás	3 053,37	89,40		2160,24	803,73	
Deslocações e estadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços diversos	30 272,71	23 462,25	1 951,69	2 412,55	2 406,23	39,99
Rendas e alugueres	1 484,12	1 484,12				
Comunicação	5 417,77	3 177,87	361,44	762,15	1 116,31	
Seguros	3 181,68	1 375,45	627,59	742,56	436,08	
Contencioso e notariado	66,00	66,00				
Despesas de representação	11 597,18	11 597,18				
Limpeza, Higiene e Conforto	4 232,96	1 468,63	962,66	907,84	853,84	39,99
Outros serviços	4 293,00	4 293,00				
63 Gastos Pessoal	135 342,82	69 773,29	20 090,04	18 020,68	27 458,81	0,00
Vencimentos anuais	105 571,89	51 793,57	14 780,06	14 780,06	24 218,19	0,00
Benefícios pós-emprego	6 623,68	6 623,68				0,00
Encargos sobre remunerações	22 167,44	10 875,35	5 085,21	3 103,44	3 103,44	0,00
Seguro acidentes no trabalho	979,81	480,69	224,77	137,17	137,17	0,00
65 Perdas por Imparidade	185 000,00	185 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78 Outros Rendimentos	210 623,00	210 623,00	0,00	0,00	0,00	0,00
787 Rendas em propriedades	187 500,00	187 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios de penalidades contratuais	23 123,00	23 123,00				
Correções rel. Exerc. Anteriores	0,00					
Outros	0,00					
Juros , dividendos	222,96	222,96				
Redução de Justo Valor	1 044,34	1 044,34	0,00	0,00	0,00	0,00
68 Outros Gastos	1 916,29	916,29	0,00	0,00	0,00	1 000,00
Taxas	1 000,00					1 000,00
Outros Gastos	916,29	916,29				
Resultado A. Dep. G. Financ. e Imp.	-101 811,70	-95 922,58	1 869,96	10 544,56	-16 649,02	-1 654,62
Gastos /reversões de depreç e amortização	75 337,60	29 548,50	8 698,12	5 678,37	30 690,84	721,77
Resultado Operacional	-177 149,30	-125 471,08	-6 828,16	4 866,19	-47 339,86	-2 376,39
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00					
Resultado antes de Impostos	-177 149,30	-125 471,08	-6 828,16	4 866,19	-47 339,86	-2 376,39
Resultado Líquido do período	-177 149,30	-125 471,08	-6 828,16	4 866,19	-47 339,86	-2 376,39

Deixam-se as Contas para apreciação e votação da Assembleia-Geral.

Na conclusão deste Relatório e Contas 2020, pretendemos deixar uma mensagem de agradecimento aos Membros da Mesa da Assembleia-Geral e do Definitório, pela sua competência e colaboração e a todos os colaboradores pelo empenho, dedicação e colaboração.

Porto e AHCMP, 26 de Fevereiro 2021

A Mesa Administrativa

BALANÇO

BALANÇO EM 31.12.2020

	Notas	31.12.2020	31.12.2019
ATIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	2 186 386,53	2 259 377,61
Ativos intangíveis	5	10 000,00	10 000,00
Outros créditos e activos não correntes	9.1	1 653,77	1 154,09
Total ativo não corrente		2 198 040,30	2 270 531,70
Activo corrente			
Inventários			
Créditos a receber	9.2	190,01	17 915,02
Estado e outros entes públicos	9.8	715,00	711,04
Diferimentos	9.4		1 000,00
Outros activos correntes	9.3	1 524,39	1 531,96
Outras aplicações financeiras	9.13	5 099,09	6 143,43
Caixa e depósitos bancários	9.5	148 954,63	236 237,71
Total ativo corrente		156 483,12	263 539,16
Total ATIVO		2 354 523,42	2 534 070,86
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		2 207 167,92	2 207 167,92
Reservas		6 832,66	6 832,66
Resultados transitados		273 532,93	268 875,41
	9.6	2 487 533,51	2 482 875,99
Resultado líquido do período		(177 149,30)	4 657,52
Total fundos patrimoniais		2 310 384,21	2 487 533,51
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	9.7	2 968,47	6 777,34
Estado e outros entes públicos	9.8	3 694,14	4 463,21
Diferimentos	9.4	12 500,00	12 500,00
Outros passivos correntes	9.9	24 976,60	22 796,80
Total passivo corrente		44 139,21	46 537,35
Total do Passivo		44 139,21	46 537,35
Total dos fundos patrimoniais e do Passivo		2 354 523,42	2 534 070,86

A Mesa Administrativa

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2020

	Notas	2020	2019	
Vendas e serviços prestados	6	+	90.481,53	149.336,95
Subsídios, doações e legados à exploração	6	+	50,00	
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos				
Variação nos inventários da produção				
Trabalhos para a própria entidade				
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		-		
Fornecimentos e serviços externos	9.10	-	79.885,74	103.949,13
Gastos com pessoal	7	-	135.342,82	110.253,81
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-		
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	9.2	-	185.000,00	
Provisões (aumentos/reduções)		-		
Provisões específicas (aumentos/reduções)		-		
Outras imparidades (perdas/reversões)		-		
Aumentos/Reduções de justo valor	9.12	-	1.044,34	(4.337,10)
Outros rendimentos	6	+	210.845,96	150.913,71
Outros gastos	9.11	-	1.916,29	1.183,54
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			(101.811,70)	80.527,08
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-	75.337,60	75.869,56
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			(177.149,30)	4.657,52
Juros e rendimentos similares obtidos		+		
Juros e gastos similares suportados		-		
Resultado antes de impostos			(177.149,30)	4.657,52
Imposto sobre rendimento do período		-		
Resultado líquido do período			(177.149,30)	4.657,52

A Mesa Administrativa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31.12.2020

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes	+	108 206,54	149 168,95
Pagamentos a fornecedores	-	84 610,90	104 861,37
Pagamentos ao pessoal	-	136 079,71	109 713,50
Caixa gerada pelas operações	+/-	(112 484,07)	(65 405,92)
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	32 144,64	141 935,95
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	+/-	(80 339,43)	76 530,03
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	7 174,18	31 524,73
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares	+	230,53	535,31
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	+/-	(6 943,65)	(30 989,42)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		(87 283,08)	45 540,61
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	9.5	236 237,71
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	9.5	148 954,63
			236 237,71

A Mesa Administrativa

RELATÓRIO E CONTAS

2020

ANEXO

Contas elaboradas pelo Contabilista Certificado
Paulo Filipe Matias Gomes Morais
Inscrito na Ordem dos Contabilistas Certificados
sob o nº 92739

1 Identificação da Entidade

A Associação do Hospital de Crianças Maria Pia, fundada em 1882 e com sede na Rua da Boavista, 863, na cidade do Porto, é dotada do estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, tem por objecto dar expressão ao dever moral de justiça e solidariedade.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pela normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que faz parte integrante do Sistema de Normalização contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Instituição, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística “SNC”, antes referidas, em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respectivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspectos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações que a Instituição se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Instituição e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 220/2015, de 15 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respectivos montantes em euros.

Não foram derogadas disposições do SNC.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela entidade na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as entidades do sector não lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respectivas contas das rubricas “devedores e credores por acréscimos” e “diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao princípio da continuidade da entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5
Outros activos fixos tangíveis	3

A entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na demonstração dos resultados nas rubricas “outros rendimentos” ou “outros gastos”.

3.2.2 Inventários

Os inventários estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os inventários que a entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “instrumentos financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e utentes e outras contas a receber

Os clientes e utentes e as outras contas a receber encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no balanço das perdas por imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no balanço como activo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de balanço, são exibidas como activos não correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os activos e passivos financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “fornecedores” e “outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “fundos patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.5 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do código do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC):

- a) as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) as instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) as pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são

alargados ou suspensos, ou seja, as declarações fiscais da entidade dos anos de 2017 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Activos fixo tangíveis	31.12.2020	Adições	Alienações	Ajustamento/ abate	Transferência	31.12.2019
Terrenos e recursos naturais	558 653,64					558 653,64
Edifícios e outras construções	4 368 879,30				93 399,95	4 275 479,35
Equipamento básico	269 478,15	1 625,76				267 852,39
Equipamento de transporte		720,76				
Equipamento administrativo	161 454,15					160 733,39
Outros ativos tangíveis						
Investimentos em curso					-93 399,95	93 399,95
Activo bruto	5 358 465,24	2 346,52				5 356 118,72
Depreciações acumuladas	3 172 078,71	75 337,60				3 096 741,11
Quantia escriturada	2 186 386,53	-72 991,08				2 259 377,61

5 Activos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas.

Activo intangível	31.12.2020	Adições	31.12.2019
Direitos de Autor: livro «HOSPITAL DE CRIANÇAS MARIA PIA (1882-2014). HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO QUE FUNDOU, CONSTRUIU E DIRIGIU O PRIMEIRO HOSPITAL PEDIÁTRICO DO PAÍS	10 000,00		10 000,00
Activo intangível bruto	10 000,00		10 000,00
Amortizações acumuladas			
Quantia escriturada	10 000,00		10 000,00

6 Rédito e outros rendimentos

A quantia de cada categoria significativa de rédito e outros rendimentos reconhecida durante os períodos de 2020 e 2019, apresentam-se no quadro seguinte:

	2020	2019
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
Quotas	632,00	596,00
Residências estudantes	89 849,53	148 740,95
	90 481,53	149 336,95
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO		
Donativos	50,00	
	50,00	
OUTROS RENDIMENTOS		
Rendas de Imóveis	187 500,00	150 000,00
Benefícios de penalidades contratuais	23 123,00	409,00
Correcções relativas a exercícios anteriores		55,35
Outros rendimentos operacionais		2,60
Diferenças de arredondamento favoráveis		0,59
	210 623,00	150 467,54
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS		
Juros credores de depósitos bancários	91,43	279,80
De outras aplicações de meios financeiros líquidos	90,25	126,93
Outros rendimentos similares de juros e rendimento similares	41,28	39,44
	222,96	446,17
TOTAL	301 377,49	300 250,66

7 Gastos com o pessoal

Os órgãos directivos não usufruem remuneração;

Os gastos com o pessoal incorridos nos períodos de 2020 e 2019 foram os seguintes:

	2020	2019
Pessoal:		
Remunerações do pessoal	105 571,89	85 048,06
Benefícios pós-emprego	6 623,68	6 623,68
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações do pessoal	22 167,44	17 826,54
Seguro de acidentes trabalho	979,81	755,53
Outros gastos	0,00	0,00
TOTAL	135 342,82	110 253,81

8 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

9 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

9.1 Outros créditos e activos não correntes

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	1.653,77	1.154,09
Total	1.653,77	1.154,09

9.2 Créditos a receber

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Cientes e Utentes c/c		
Cientes		12.500,00
Utentes	190,01	5.415,02
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes	185.000,00	
Utentes		
Perdas por imparidade acumuladas		
Cientes	185.000,00	
Utentes		
Total	190,01	17.915,02

No período de 2020 foram registadas 185.000€ a título de perdas por imparidade.

Perdas por imparidade acumuladas	31.12.2020	31.12.2019
Perdas por imparidade acumuladas início período	0,00	
Dívidas incobráveis		
Reversões		
Reforço das imparidades	185.000,00	
Perdas por imparidade acumuladas fim período	185.000,00	0,00

9.3 Outros activos correntes

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Fornecedores de Investimentos	1.524,39	1.524,39
Devedores por acréscimos de rendimentos		7,57
Total	1.524,39	1.531,96

9.4 Diferimentos

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Gastos a reconhecer		
Seguros		
Taxa Entidade Reguladora da Saúde		1.000,00
Total	0	1.000,00
Rendimentos a reconhecer		
Mensalidades residências para estudantes		
Rendas edifício	12.500,00	12.500,00
Total	12.500,00	12.500,00

9.5 Caixa e Depósitos Bancários

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Caixa	1.068,64	356,63
Depósitos à ordem	27.885,79	80.881,08
Depósitos a prazo	120.000,00	155.000,00
Total	148.954,63	236.237,71

9.6 Fundos Patrimoniais

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Fundo social	2.207.167,92	2.207.167,92
Reservas	6.832,66	6.832,66
Resultados transitados	273.532,93	278.964,94
Resultado líquido do período	-177.149,30	4.657,52
Total	2.310.384,21	2.487.533,51

9.7 Fornecedores

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Fornecedores c/c	2.698,47	6.777,34
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		
Total	2.698,47	6.777,34

9.8 Estado e Outros Entes Públicos

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Activo		
Imposto sobre o rendimento	3,96	
Imposto sobre o valor acrescentado	711,04	711,04
Total	715,00	711,04
Passivo		
Imposto sobre o rendimento		
Retenção de impostos sobre o rendimento	724,00	1.349,00
Imposto sobre o valor acrescentado	525,35	1.099,17
Contribuições para a segurança social	2.367,17	1.933,92
Fundo de compensação do trabalho	35,66	81,12
Taxa municipal turística	42,00	
Total	3.694,14	4.463,21

9.9 Outros passivos correntes

Descrição	31.12.2020		31.12.2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos				
Credores por acréscimo de gastos		14.186,80		14.186,80
Cauções – residências para estudantes		8.610,00		8.610,00
Total		22.796,80		22.796,80

9.10 Fornecimentos e serviços externos

	2020	2019
Subcontratos		16,26
Serviços especializados	29 770,53	42 389,08
Materiais	2 795,58	3 796,38
Energia e fluídos	17 046,92	22 763,90
Deslocações, estadas e transportes		13,43
Serviços Diversos	30 272,71	34 970,08
TOTAL	79 885,74	103 949,13

9.11 Outros gastos

	2020	2019
Quotizações	278,00	308,00
Outros	638,29	191,54
TOTAL	1 916,29	1 183,54

9.12 Outras aplicações financeiras

A rubrica de “Outras aplicações financeiras” refere-se, essencialmente, a instrumentos financeiros cuja intenção da Instituição é de detenção por um período superior a um ano. O impacto da valorização ao justo valor destes instrumentos encontra-se registado na rubrica da demonstração dos resultados “Aumentos/(Reduções) de justo valor”. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica analisa-se como segue:

	2020	2019
Acções cotadas	5 001,82	6 037,42
Títulos de dívida publica	97,27	106,01
TOTAL	5 099,09	6 143,43

9.13 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Contas elaboradas pelo Contabilista Certificado | Paulo Filipe Matias Gomes Morais

Inscrito na Ordem dos Contabilistas Certificados sob o nº 92739

**RELATÓRIO
E
CONTAS**

2020

**PARECER DO
DEFINITÓRIO**

Parecer do Definitório

Nos termos da alínea d) do artigo 25 dos estatutos da “Associação do Hospital de Crianças Maria Pia”, vimos apresentar o parecer sobre o relatório e contas, referentes ao exercício de 2020, elaborados pela Mesa Administrativa.

O resultado líquido do período cifrou-se num valor negativo de 177.149,30 euros (em 2019, foi positivo em 4.657,52 euros) para o qual contribuíram as importâncias mais significativas das seguintes rubricas:

Dos rendimentos

- “A.L.” e “Residências de estudantes” com 89.849,53 euros (em 2019, cifrou-se em 148.740,95 euros),
- “Rendas em propriedades” com 187.500,00 euros (em 2019, com 150.000,00 euros),
- “Benefícios de penalidades contratuais” com 23.123,00 euros.

Dos gastos

- “Fornecimentos e serviços externos” com 79.885,74 euros (em 2019, de 103.949,13 euros),
- “Gastos com pessoal” com 135.342,82 euros (em 2019, alcançou 110.253,81 euros),
- “Perdas por imparidade” com 185.000,00 euros,
- “Gastos de depreciação” com 75.337,60 euros (praticamente igual a 2019).

Sendo o relatório apresentado pela Mesa Administrativa suficientemente elucidativo, não deixamos, contudo, de expressar o nosso receio sobre a cobrança do valor constante da rubrica “Perdas por imparidade” e da verba da rubrica “Benefícios de penalidades contratuais”.

Também preocupante achamos a previsível quebra de receitas, em 2021, essas provenientes da utilização do património imobiliário da Associação.

Tendo o Definitório feito as análises adequadas e obtido os esclarecimentos necessários, é de parecer que o relatório e as contas apresentadas pela Mesa Administrativa, relativas ao exercício de 2020, refletem adequada e apropriadamente, nos aspetos mais relevantes, a situação financeira da “Associação do Hospital de Crianças Maria Pia”, pelo que propõe à Assembleia Geral que sejam aprovados.

O Definitório expressa ainda o seu agradecimento à Mesa Administrativa e aos Serviços da Associação pela colaboração prestada.

Porto, 26 de Março de 2021